

O trabalho da pestelença. Enfrentar a peste na Lisboa dos finais da Idade Média (1481-1521)

Verónica Francisco

Universidade Nova de Lisboa

Instituto de Estudos Medievais (IEM-NOVA/FCSH)

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inca3>

Resumo

O ocaso da Idade Média foi marcado pela ciclicidade epidémica, fenómeno do qual Portugal não foi alheio. Lisboa, a maior e a mais importante cidade do reino à época, em virtude da sua dimensão marítima, do seu peso económico e fiscal, diversidade demográfica e proximidade à Coroa, não escapou ao flagelo periódico da peste, forçando à intervenção sucessiva do poder local e do poder central neste domínio. Assim, este projeto visa tratar sistematicamente os surtos de peste que atingiram Lisboa entre 1481 e 1521, atendendo aos exemplos de estudos análogos para outros espaços e para cronologias coevas. Esta abordagem assenta em três elementos-chave: nas medidas preventivas e de combate à peste; nas reações à peste, no plano das transgressões à política sanitária, das respostas religiosas e da conflituosidade com as minorias étnico-religiosas durante estes períodos; e na intervenção e comunicação política entre a Câmara e a Coroa em torno da saúde. Com esta análise, colocam-se em evidência as singularidades do combate à peste na cabeça do reino, bem como a sua capacidade de sobrevivência e até de expansão a despeito dos embates recorrentes desta doença.

Palavras-chave: Lisboa medieval; peste; saúde urbana; poder régio e municipal.

Abstract

The Late Middle Ages saw multiple and recurrent epidemics, a phenomenon that Portugal was not unfamiliar with. Lisbon, the largest and most important city in the kingdom at the time, due to its maritime dimension, its economic and fiscal importance, its demographic diversity and its proximity to the Crown, did not escape the periodic scourge of the plague, forcing successive interventions by local and central authorities

in this regard. This proposal therefore aims to systematically address the outbreaks of plague that struck Lisbon between 1481 and 1521, drawing on examples from analogous studies of other regions and of similar chronologies. This approach is based on three key elements: the measures designed to prevent and fight the plague; the reactions to the plague, including health-related infractions, the religious responses and the conflicts with ethnic and religious minorities during these periods; and the intervention and political communication between the Crown and the City Council on health issues. This analysis seeks to demonstrate the singularities of the fight against the plague at Portugal's caput regni, as well as its ability to survive and even expand amid recurring outbreaks.

Keywords: Medieval Lisbon; plague; urban health; royal and municipal power.

Introdução

Enquadramento historiográfico

O espectro da peste e, em particular, da Peste Negra (1348-1351), contribuiu para conceder à Idade Média uma conotação *tenebrosa*, ensombrada por uma “tríade apocalíptica” à qual se juntavam a fome e a guerra. Talvez por este motivo tenha vindo a despertar o fascínio dos cultores da História, da Medicina e de outros ramos do saber, o que se tem espelhado numa ampla e diversificada produção historiográfica desde o século XIX¹.

A partir, sobretudo, da década de 1960, os estudos pestíferos tornaram-se devedores da historiografia dos *Annales*, que permitiu matizar gradualmente a noção de uma peste “abrupta” e “catastrófica”, passando esta a inserir-se na *longue durée* das instituições e mentalidades medievais². Têm surgido, desde então, importantes

¹ Faye Marie Getz, “Black Death and the silver lining: meaning, continuity, and revolutionary change in histories of medieval plague,” *Journal of the History of Biology* 24, nº 2 (1991): 266, <https://www.jstor.org/stable/4331174>. Veja-se, por exemplo, o arrolamento historiográfico em contínua atualização por Monica Green e por Joris Roosen, que conta já com mais de 1300 títulos (Joris Roosen, Monica H. Green, “The Mother of All Pandemics: The State of Black Death Research in the Era of COVID-19 – Bibliography,” última atualização e acesso a 24 de novembro de 2025, https://drive.google.com/file/d/1x0D_dwyAwp9xi9sMCW5UvpGfEVH5J2ZA/view?usp=sharing).

² Getz, “Black Death,” 283-288; André Filipe Oliveira da Silva, “A Peste Negra em Portugal. Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana” (Tese de Doutoramento em História, Universidade do Porto, 2021), 45, <https://hdl.handle.net/10216/137710>.

estudos, incluindo algumas obras gerais, como a de Jean-Noël Biraben³, e monografias dedicadas a diferentes espaços e cronologias, como as de Elisabeth Carpentier⁴, Carlo Cipolla⁵, Ann Carmichael⁶ ou, no quadro peninsular, de autores como Marcelino Amasuno⁷, Rubio Vela⁸ e, mais recentemente, Jon Arrizabalaga⁹ e Betrán Moya¹⁰.

A historiografia da peste, tal como sucede com outras enfermidades, tem-se interrelacionado desde cedo com as demais ciências, sendo influenciada pelos sucessivos avanços em torno da sua natureza, perfil clínico, transmissão, condições e vias de propagação¹¹. Nas últimas décadas, este diálogo foi pontuado pelo debate acerca da verdadeira identidade da peste medieval, tendo sido posto em causa o papel da *Yersinia pestis* como o seu respetivo agente patogénico¹². A identificação desta bactéria

³ Jean-Noël Biraben, *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*, 2 vols. (Paris: Mouton, 1975-1976). Mais recentemente veja-se, por exemplo, a obra de Ole J. Benedictow, *The Complete History of the Black Death* (Woodbridge: The Boydell Press, 2021).

⁴ Elisabeth Carpentier, "Autour de la peste noire: famine et épidémies dans l'histoire du XIV^e siècle," *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n^o 6 (1962): 1062-1092, <https://doi.org/10.3406/ahess.1962.420916>; *Idem*, *Une ville devant la peste: Orvieto et la Peste Noire de 1348* (Paris: S. E. V. P. E. N., 1962).

⁵ Carlo M. Cipolla, *Fighting the Plague in Seventeenth-Century Italy* (Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1981); *Idem*, *O Burocrata e o Marinheiro. A "sanità" toscana e as atribuições dos ingleses em Livorno no séc. XVII*, trad. Alessandra Bálsamo (Oeiras: Celta, 1987).

⁶ Ann G. Carmichael, *Plague and the poor in Renaissance Florence* (Cambridge: Cambridge University Press, 1986); *Idem*, "Plague Legislation in the Italian Renaissance," *Bulletin of the History of Medicine* 57, n^o 4 (1983): 508-525, <http://www.jstor.org/stable/44443062>.

⁷ Marcelino V. Amasuno, *Contribución al estudio del fenómeno epidémico en la Castilla de la primera mitad del siglo XV: el "Regimiento contra la pestilencia" del bachiller Alfonso López de Valladolid* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 1988); *Idem*, "Literatura y epidemia: hacia una cronología del fenómeno pestoso en la Castilla del primer tercio del siglo XV," in *Medicina castellano-leonesa bajomedieval* (Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad, 1991), 9-35; *Idem*, "Cronología de la peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV," *Studia historica. Historia medieval* 12 (1994): 25-32; *Idem*, *La peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV* (Salamanca: Consejería de Educación y Cultura, 1996).

⁸ Agustín Rubio Vela, *Peste negra, crisis y comportamientos sociales en la España del siglo XIV. La ciudad de Valencia (1348-1401)* (Granada: Universidad de Granada, 1979); *Idem*, "Las epidemias de peste en la ciudad de Valencia durante el siglo XV. Nuevas aportaciones," *Estudis Castellacionencs*, n^o 6 (1994-1995): 1179-1221.

⁹ Jon Arrizabalaga, "Discurso y práctica médicos frente a la peste en la Europa Bajomedieval y Moderna," *Revista de Historia Moderna*, n^o 17 (1998-1999): 11-20; *Idem*, "La Peste Negra de 1348: los orígenes de la construcción como enfermedad de una calamidad social," *Acta Hispanica ad Medicinam Scientiarumque Historiam Illustrandam* 11 (1991): 73-117; *Idem*, "Facing the Black Death: perceptions and reactions of university medical practitioners," in *Practical medicine from Salerno to the Black Death* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994), 237-288.

¹⁰ José Luis Betrán Moya, *La peste en la Barcelona de los Austrias* (Lleida: Milenio, 1996).

¹¹ Esta relação é explorada por Lester K. Little, "Plague Historians in Lab Coats," *Past & Present* 213, n^o 1 (2011): 267-290.

¹² Little, "Plague Historians," 272-284.

nos vestígios osteológicos de um comprovado cemitério de vítimas da Peste Negra, em 2011, acabou por solucionar esta questão¹³.

Em virtude das contínuas descobertas da Antropologia, Arqueologia, Biologia e, cada vez mais, da Paleogenómica, a par de outras áreas, os estudos sobre a peste têm-se alargado a novos espaços geográficos, abrindo outras possibilidades para a compreensão da doença, do seu impacto e difusão¹⁴. A eclosão da COVID-19 veio, aliás, reavivar este interesse, contribuindo para novas reflexões sobre as pandemias do passado tendo em vista os acontecimentos do presente¹⁵. Nesta senda, destaca-se, particularmente, a historiadora Monica Green, que tem advogado pelo aumento da interdisciplinaridade e pela ampliação dos horizontes dos estudos pestíferos¹⁶.

A respeito do panorama português¹⁷, importa referir, sobretudo, as tentativas de aproximação ao tema que surgiram a partir de meados do século XX, com os estudos pioneiros de Virgínia Rau¹⁸ e dos seus discípulos¹⁹, como Oliveira Marques²⁰, Iria

¹³ Kirsten I. Bos *et al.*, “A draft genome of *Yersinia pestis* from victims of the Black Death,” *Nature* 478 (2011): 506–510, <https://doi.org/10.1038/nature10549>.

¹⁴ São vários os estudos que o têm evidenciado. Veja-se, por exemplo, os textos apresentados em *The Medieval Globe* 1 (2015) - *Pandemic Disease in the Medieval World: Rethinking the Black Death*, ed. Monica H. Green, disponível em <https://scholarworks.wmich.edu/tmg/vol1/>; VARLIK, Nükhet Varlik, *Plague and Empire in the Early Modern Mediterranean World: The Ottoman Experience, 1347-1600* (Cambridge: Cambridge University Press, 2015); Monica H. Green, “Putting Africa on the Black Death Map: Narratives from genetics and history,” *Afriques* 9 (2018): 1-45, <http://journals.openedition.org/afriques/2125>.

¹⁵ Cf. Monica H. Green, “Emerging diseases, re-emerging histories,” *Centaurus* 62, n.º 2 (2020): 234-247, <https://doi.org/10.1111/1600-0498.12306>.

¹⁶ Para além das obras já citadas, cf. Monica H. Green, “The Four Black Deaths,” *The American Historical Review* 125, n.º 5 (2020): 1601-1631, <https://doi.org/10.1093/ahr/rhaa511>; *Idem*, “The Pandemic Arc: Expanded Narratives in the History of Global Health,” *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences* 79, n.º 4 (2024): 345-364, <https://doi.org/10.1093/jhmas/jrae008>; *Idem*, “A New Definition of the Black Death: Genetic Findings and Historical Interpretations,” *De Medio Aevo* 11, n.º 2 (2022): 139-155, <https://dx.doi.org/10.5209/dmae.83788>.

¹⁷ Cf. Silva, “A Peste Negra em Portugal,” 49-65; *Idem*, “Pari passu: Historiografia e Ciência da Peste em Portugal (1832-2021),” [RMd] *Revista Multidisciplinar* 4, n.º 2 (2022): 21-40, <https://doi.org/10.23882/rmd.22095>.

¹⁸ Virgínia Rau, “Un document portugais sur la peste noire de 1348,” *Annales du Midi* 78, n.º 77-78 (1966): 331-334; *Idem*, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, 2ª ed. (Lisboa: Presença, 1982).

¹⁹ Virgínia Rau, dir., A. H. de Oliveira Marques, coord., Iria Gonçalves, Humberto Baquero Moreno, Luís Oliveira Ramos, “Para o Estudo da Peste Negra em Portugal,” *Separata de Bracara Augusta* 14-15, n.º 1-2 (1963).

²⁰ A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 3ª ed. (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974), 87-104; *Idem*, *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3ª ed. (Lisboa: Edições Cosmos, 1978).

Gonçalves²¹, Humberto Baquero Moreno²² e Maria José Ferro Tavares²³.

Somam-se a estes os contributos de Maria Helena da Cruz Coelho²⁴ e de outros historiadores, alguns mais pontualmente, como José Mattoso²⁵. Mantiveram-se, por outro lado, alguns trabalhos do campo da medicina, do qual se destaca a obra de Mário Roque²⁶.

²¹ Iria Gonçalves, “Enfrentar a peste numa vila da Idade Média: Funchal, 1488-1489 (Nótula de história urbana),” *Medievalista* 32 (2022): 341-363, <https://doi.org/10.4000/medievalista.5700>; Iria Gonçalves, Alice Borges Gago, “Seguindo o conselho de Hipócrates: fugir da peste, no século XV português,” *En la España Medieval* 48 (2025): 203-223, <https://doi.org/10.5209/elem.100994>. Veja-se, também: Iria Gonçalves, “Físicos e cirurgiões quatrocentistas: as cartas de exame,” *Do Tempo e da História* 1 (1965): 69-112; *Idem*, *As Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV* (Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1987); *Idem*, “Possibilidades de acesso ao médico diplomado na Beira de Quatrocentos,” *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI. Cadernos de Cultura* 1 (1989): 11-15; *Idem*, “Fragilidades da velhice e da doença: alguns exemplos da Idade Média beirã,” *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI. Cadernos de Cultura*, nº 4 (1991): 4-7; *Idem*, “Posturas Municipais e a vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa,” in *Um olhar sobre a cidade medieval* (Cascais: Patrimonia Histórica, 1996), 77-95.

²² Humberto Baquero Moreno, “A Epidemia de 1453-54,” *Revista de Ciências do Homem* 1, nº 1 (1968): 1-23; *Idem*, “Um Testamento concebido durante a Peste Negra,” *Bracara Augusta* 32, nº 73-74 (1978): 125-141; *Idem*, “Um documento sobre a peste de 1453-1455,” *Tellus*, nº 10-11 (1983): 15-20; *Idem*, “Reflexos da Peste Negra na Crise de 1383-85,” *Bracara Augusta* 37, nº 83-94 (1983): 373-386; *Idem*, “A Peste Negra e os Legados à Igreja,” *Revista de Ciências Históricas* 6 (1991): 133-144; Humberto Baquero Moreno, Ana Oliveira, “Documentos inéditos para o estudo da «Peste Pequena» de 1599,” *Revista de Ciências Históricas* 1 (1986): 227-238.

²³ Maria José Ferro Tavares, “A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV),” *Revista de História Económica e Social*, nº 19 (1987): 17-32; *Idem*, *Os Judeus em Portugal no século XV*, 2 vols. (Lisboa: UNL-FCSH, 1982-1984); *Idem* “Os sinais dos tempos: Para o estudo do clima e do litoral português,” in *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos: geologia, história, arqueologia e climatologia: actas do Colóquio, Lisboa, 3 e 4 de junho de 2004*, ed. António Augusto Tavares, Maria José Ferro Tavares e João Luís Cardoso (Lisboa: Universidade Aberta, 2004), 451-515.

²⁴ Maria Helena da Cruz Coelho, “Um Testamento Redigido em Coimbra no Tempo da Peste Negra,” *Revista Portuguesa de História* 18 (1980): 312-331; *Idem*, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989); *Idem*, “«Fugir depressa, para longe e por muito tempo»: comportamentos dos homens acossados pela peste,” *Memórias da Academia da Marinha* 50 (2020): 435-449; *Idem*, “1348. Peste Negra: o flagelo que foi quase «global»,” in *História Global de Portugal*, dir. Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva (Lisboa: Temas e Debates, 2020), 269-275.

²⁵ José Mattoso, “Para uma história das epidemias,” in *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, vol. 1 de *Obras Completas* (Lisboa: Círculo de Leitores, Temas & Debates, 2000), 93-106.

²⁶ Mário da Costa Roque, *As Pestes Medievais Europeias e o «Regimento Proueytoso contra ha Pestenença»* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1979); mas também de António Tunhas, *A peste negra: notas para uma interpretação psico-social* (Dissertação de Licenciatura, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, 1965); Luís de Pina, “A medicina portuense no século XV (alguns breves capítulos),” *Separata do Studium General do Centro de Estudos Humanísticos* (Porto: Instituto de Alta Cultura, 1960).

Mais recentemente, demarcam-se os trabalhos de André Silva, especialmente a sua Tese de Doutoramento, que contribuiu para o aprofundamento do estudo da Peste Negra em Portugal através da análise dos seus impactos e consequências nas comarcas de Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana²⁷.

Em suma, a produção historiográfica sobre a peste em Portugal tende a versá-la, geralmente, na sua relação com os meios urbanos, como demonstram os estudos dedicados ao Porto e ao Funchal²⁸. A estas aproximações, juntam-se abordagens a partir de perspetivas e de fontes específicas, como testamentos²⁹ ou vestígios epigráficos³⁰. De resto, a temática é frequentemente tratada de forma dispersa ou em estudos com outros objetivos³¹. Estes têm fornecido, contudo, importantes contribuições neste sentido, atendendo a diversos espaços e dimensões, entre as quais: a introdução, a cronologia e as vias de propagação da peste em Portugal ou em regiões mais

²⁷ Silva, “A Peste Negra em Portugal”. *Idem*, “A Pestis secunda em Portugal (1362),” *Revista Portuguesa de História* 52 (2021): 17-33, https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_1; *Idem*, “Cronologia dos surtos portugueses da segunda pandemia de peste (séc. XIV-XVII): importância e problemas,” in *Olhares cruzados sobre a história da saúde da Idade Média à contemporaneidade*, coord. Alexandra Esteves e Helena da Silva (Braga: Lab2PT, 2022): 12-21.

²⁸ Amândio Jorge Morais Barros, *A morte que vinha do mar: saúde e sanidade marítima num Porto atlântico (séculos XV-XVII)* (Porto: Fronteira do Caos, 2013); *Idem*, *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos* (Lisboa: Academia de Marinha, 2016); Pina, “A medicina portuense”; Francisco Manuel Teixeira Ferraz, Maria João Monteiro Domingues, “Notas sobre a peste na cidade do Porto na segunda metade do século XV,” *Revista da Faculdade de Letras* 5 (2004): 155-166. Para o Funchal, cf.: Gonçalves, “Enfrentar a peste,” 341-363.

²⁹ Moreno, “Um Testamento,” 125-141; *Idem*, “A Peste Negra,” 227-238; Coelho, “Um Testamento Redigido em Coimbra,” 312-331.

³⁰ Mário Jorge Barroca, “A peste negra na epigrafia medieval portuguesa,” in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coords. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Santos, vol. 3 (Porto: FLUP, 2003), 1159-1166.

³¹ Entre outros, cf.: Maria Amélia dos Santos Figueiredo, “A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o Livro 6 de Vereações” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 1996); José Marques, “A administração municipal de Vila do Conde, em 1466,” *Separata de Bracara Augusta* 37, n.º 83-84 (1983); Amélia Polónia, *A expansão ultramarina numa perspectiva local: o porto de Vila do Conde no século XVI*, 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda), 187-193; Silva, “As Portas do Mar Oceano,” 164-169; Coelho, *O Baixo Mondego*; Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica, 1995); Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães: «duas vilas, um só povo»: Estudo de história urbana (1250-1389)* (Braga: CITCEM, 2010); Maria João Branco Marques da Silva, *Aveiro Medieval* (Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1991), 156-160. Para os impactos da peste em comunidades monásticas e de clérigos, vide: Rau, “Un document portugais”, 331-334; António Baião, “As Feiras de Lorvão e a Peste de 1348”, *Instituto* 100 (1942): 734-737; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O domínio da Santa Maria do Lorvão no século XIV: gestão feminina de um património fundiário* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001); José Marques, “A peste de 1362, na diocese de Tui,” *Boletim cultural de Melgaço* 9 (2016), 141-164.

circunscritas³²; as consequências demográficas, sociais e económicas dos surtos³³; e as respostas ao *morbo* num plano religioso³⁴. O tema conta, também, com propostas de síntese em algumas histórias gerais e em entradas de dicionários³⁵.

Apesar disto, seja pela escassez de referências diretas à peste, particularmente para uma cronologia anterior a meados do século XV, seja por outros entraves, o certo é que subsistem diversas lacunas por colmatar nesta área, que carece ainda de uma visão de conjunto mais completa.

O estudo da peste em Lisboa encaixa-se neste cenário. Realizaram-se já algumas aproximações ao tema, a começar pela de Eduardo Freire de Oliveira nos *Elementos para a História do Município de Lisboa*³⁶, ainda em finais do século XIX; depois, entre as décadas de 1960 e de 1980, com os estudos de Maria Teresa Campos Rodrigues³⁷, Mário Roque³⁸, José Menezes³⁹, Maria José Ferro Tavares⁴⁰ e Teresa Rodrigues⁴¹; e,

³² Por exemplo, em: Silva, *A Peste Negra em Portugal*, 218-249; *Idem*, "Chronology, routes, and conditions," 59-83; *Idem*, "A Pestis secunda," 17-33), Humberto Baquero Moreno; "A Epidemia de 1453-54," 3; Barros, *Porto: a construção de um espaço marítimo*, 125-127, *Idem*, *A morte que vinha do mar*, 96-99; Gonçalo Melo da Silva, "As Portas do Mar Oceano: vilas e cidades portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)" (Tese de Doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa), 164-169, <http://hdl.handle.net/10362/129349>.

³³ Rau, dir., Marques, coord., "Para o Estudo da Peste Negra".

³⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "Para a história do medo no Portugal quinhentista: peste e religiosidade," *Revista de Ciências Históricas* 8 (1993): 83-96; Coelho, "Um Testamento Redigido em Coimbra," 312-331; Moreno, "Um Testamento," 125-141; *Idem*, "A Peste Negra," 133-144.

³⁵ Maria Emília Cordeiro Ferreira, "Epidemias," in *Dicionário de história de Portugal*, dir. Joel Serrão (Porto: Livraria Figueirinhas, 1981), 406-408; A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques, vol. 4: *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (Lisboa: Presença, 1987); Isabel Drumond Braga, João Carlos Oliveira, "A saúde," in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques, vol. 5: *Portugal do Renascimento à crise dinástica* (Lisboa: Editorial Presença, 1998), 644-657; Armindo de Sousa, "Condicionamentos Básicos," in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2: *A Monarquia Feudal*, coord. José Mattoso (Lisboa: Estampa, 1993), 340-342; Teresa Ferreira Rodrigues, "As estruturas populacionais," in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 5: *No Alvorecer da Modernidade*, ed. Joaquim Romero Magalhães (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), 210-257; Coelho, "1348. Peste Negra," 269-275).

³⁶ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, t. 1, 1ª parte (Lisboa: Typographia Universal, 1885), 452-512. Ainda da mesma altura, cf.: Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, dir. Torquato de Sousa Soares, 2ª ed., t. V (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945-1954), 165-186.

³⁷ Maria Teresa Campos Rodrigues, *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV* (Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1968), 114-117.

³⁸ Roque, *As Pestes Medievais*, 175-224.

³⁹ José de Vasconcellos e Menezes, "Medidas sanitárias ao tempo de D. Afonso V e de D. João II," in *Memórias* (Lisboa: Academia de Marinha, 1985), 14: 3-34.

⁴⁰ Tavares, "A política municipal," 17-32

⁴¹ Teresa Ferreira Rodrigues, Rita Andersen, Vera Ortigão Ramos, "Para o estudo das pestes e epidemias na Lisboa quinhentista," Extrato do *Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etnológicos*

nos últimos anos, com as novas abordagens de Edite Alberto e de Joana Pinho⁴², à luz da recente pandemia vivida. Estas obras facultam dados a respeito de alguns surtos, reunindo parte das medidas preventivas e de combate à peste na cidade (como a existência de infraestruturas para o acolhimento e tratamento dos doentes), pelo que constituem um ponto de partida útil para a análise em mãos.

A bibliografia existente ainda não satisfaz, porém, uma abordagem compreensiva deste tema entre os finais do século XV e o século XVI. Assim, Lisboa carece de uma investigação ampla e detalhada em torno das pestes que a acometeram, para a qual podem não só ser carreadas informações provenientes de outros fundos documentais, como exploradas novas questões na documentação já conhecida.

Espaço e cronologia

Face ao presente esboço historiográfico, a nossa proposta tem por objetivo a análise aprofundada e sistemática dos surtos de peste que atingiram Lisboa entre 1481 e 1521.

Porquê Lisboa? Antes de mais, pelo seu peso e diversidade demográfica no contexto do reino, que se traduziram num aumento populacional significativo ao longo da Baixa Idade Média: de cerca de 35 000 habitantes no fim do século XIV, a cidade

1 (1986): 101-133; Teresa Ferreira Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa (Séculos XVI e XVII)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990); Rodrigues, “As estruturas populacionais,” 5: 214-230; Teresa Ferreira Rodrigues, coord., *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade* (Porto: CEPES; Afrontamento, 2008).

⁴² Edite Martins Alberto, Paula Serafim, “A Cidade de Lisboa e a luta contra as epidemias,” in *O Hospital Real de Todos-os-Santos; Lisboa e a saúde*, coord. Edite Alberto, Rodrigo Banha da Silva e André Teixeira (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2020), 611-621; Edite Martins Alberto, Joana Balsa de Pinho, “«Evitar que o mal não padeça mais avante» – O Regimento da Saúde de D. João III e a experiência italiana de saúde pública,” in *Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades*, coord. Joaquim Pinheiro, Samuel Mateus e Mario Franco (Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2022), 61-76; Joana de Balsa Pinho, “A casa dos doentes de peste da cidade de Lisboa: contributos para o seu estudo histórico, arquitetónico e urbanístico,” *Herança - Revista de História, Património e Cultura* 6, nº 2 (2023): 191-201, <https://revistaheranca.com/index.php/heranca/article/view/682>. Consulte-se, também: António Augusto Salgado de Barros, “Lisboa na confluência das rotas comerciais: efeitos na saúde pública (séculos XV a XVII)”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 3 (2015): 252, <https://doi.org/10.48751/CAM-2015-3258>; Danielle Abdon, “Epidemics and the royal control of public health in Lisbon, Portugal, 1480-95”, in *Epidemic Urbanism: Contagious Diseases in Global Cities*, ed. Mohammad Gharipour e Caitlin DeClercq (Bristol: Intellect, 2021) 162-170. A peste em Lisboa tem-se constituído como um aspeto secundário noutras obras: Priscila Aquino Silva, “O Príncipe Perfeito e a saúde do Reino (Portugal – século XV)” (Tese de Doutoramento em História, Universidade Federal Fluminense, 2012), <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16075>; Mário Jorge da Motta Bastos, *O poder nos tempos da peste (Portugal – séculos XIV/XVI)* (Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009).

“saltava” para uma população de aproximadamente 65 000 já em Quinhentos⁴³. Afigura-se, de seguida, a sua vocação marítima e crescente importância comercial, motivada pela expansão ultramarina, que lhe confere já nos primórdios do século XVI o estatuto de “grande porto internacional”⁴⁴. Por conseguinte, as dimensões de Lisboa e os constantes fluxos de gentes e de mercadorias, aliados às suas condições insalubres, criavam um terreno fértil para a eclosão e disseminação de doenças⁴⁵. Fosse por terra, por rio ou por mar (à semelhança de outros centros portuários⁴⁶), as epidemias chegavam a Lisboa e alastravam-se frequentemente a partir daí para outros lugares⁴⁷.

Esta opção justifica-se, igualmente, pela “proximidade única” dos monarcas à urbe, tendência que se acentuou com a dinastia de Avis⁴⁸. Enquanto espaço privilegiado para as estadias da corte e cenário de exercício de poder⁴⁹, era do interesse da Coroa enobrecê-la e preservar a sua “honra”, que passava, também, pela conservação da saúde da cidade. Esta estratégia é evidente não só nas preocupações com a higiene e limpeza do espaço urbano⁵⁰, como nos esforços para a contenção epidémica. Apesar de existirem sinais anteriores, a intervenção régia nestas questões acentua-se no reinado de D. João II, e mantém-se e evolui no seguinte, tendo em vista o desenvolvimento de políticas centralizadoras, expressas num controlo cada vez mais

⁴³ A. H. de Oliveira Marques, “Lisboa,” in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas: séculos XIII-XV*, coord. A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa, 1990), 55.

⁴⁴ Flávio Miranda, Diogo Faria, “Lisboa e o comércio marítimo com a Europa nos séculos XIV e XV,” in *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*, coord. João Luís Fontes *et al.*, (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016), 260-261.

⁴⁵ Aspeto já notado por Rodrigues, Andersen e Ramos, “Para o estudo das pestes,” 102-103; Rodrigues, *Crises de mortalidade*, 69-70; Barros, “Lisboa na confluência,” 252; Delmina Rijo, “Aspectos e vivências da Sociedade Quinhentista,” in *Lisboa de Fernão de Magalhães*, coord. Ana Cristina Leite (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Estrutura de Missão V Centenário Fernão de Magalhães, 2018), 71-72; Alberto e Serafim, “A Cidade de Lisboa,” 611. Para um retrato geral da higiene na cidade, cf. Gonçalves, “Posturas Municipais,” 77-95.

⁴⁶ Entre outras referências, cf.: Barros, *Porto: a construção de um espaço marítimo*, 123-161; Barros, *A morte que vinha do mar*; Polónia, *O porto de Vila do Conde*, 187-190; Silva, “As Portas do Mar Oceano,” 164-169.

⁴⁷ Rodrigues, *Crises de mortalidade*, 97; Alberto e Serafim, “A Cidade de Lisboa,” 611. Para além destas “vias de chegada”, note-se a possibilidade, ainda por explorar, da persistência enzoótica da *Yersinia pestis*, por exemplo, em populações de roedores que, contactando com humanos, podem ter estado na origem de novos surtos (Silva, “Cronologia dos surtos portugueses,” 15).

⁴⁸ Amélia Aguiar Andrade, “La dimensión urbana de un espacio atlántico: Lisboa,” in *Mercado inmobiliario y paisajes urbanas en el Occidente Europeo. Siglos XI-XV. XXXIII Semana de Estudios Medievales. Estella, 17 a 21 de julio de 2006* (Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Cultura y Turismo, 2007), 368-369.

⁴⁹ *Idem*, “La dimensión urbana,” 367-368.

⁵⁰ *Idem*, “La dimensión urbana,” 367-368; Gonçalves, “Posturas Municipais,” 87.

rigoroso sobre os municípios, e com especial impacto em Lisboa⁵¹. Estas circunstâncias ocasionaram uma comunicação singular entre a Coroa e a edilidade a propósito da saúde urbana e, concretamente, da peste, com poucos paralelos conhecidos na Europa deste período⁵².

Porquê entre 1481 e 1521? Para além dos aspetos anteriormente enumerados, a escolha desta cronologia baseia-se na recorrência e permanência da peste na cidade durante estas décadas, o que pode, porventura, justificar a existência de mais documentação a partir deste período, por oposição à escassez de referências diretas à peste e às respostas por ela suscitadas para cronologias mais recuadas.

Objectivos e problemáticas

A nossa proposta assenta em três questões estruturantes.

Em primeiro lugar, interessa-nos compreender as medidas aplicadas pela Coroa e autoridades camarárias perante a peste. Dividimos esta análise em duas vertentes: por um lado, consideramos as medidas preventivas, ou o “isolamento contra pestes alheias”⁵³, que recaem sobre os mecanismos de vigilância e defesa do perímetro urbano (como a colocação de guardas em pontos estratégicos, a imposição de “quarentenas” a navios oriundos de locais acometidos pelo mal ou a desinfeção de mercados). Por outro lado, examinamos as medidas impostas face à constatação de um surto na cidade, que englobam o despejo e a limpeza das casas onde se registavam casos de peste, bem como a desinfeção dos bens dos infetados; a datação, caracterização e mapeamento dos espaços para tratamento dos “pestilentos”; a identificação e o estudo da atuação dos “profissionais de cura” (físicos, cirurgiões, barbeiros e sangradores) nestas ocasiões; e, ainda, as práticas e espaços destinados ao enterramento das vítimas de peste, entre outras deliberações. É importante notar, contudo, que as medidas preventivas e as medidas de combate à peste são por vezes adotadas em simultâneo, e que a partição empregue se destina apenas a estruturar melhor a sua análise.

Incorporamos também, neste tópico, as disposições de higiene, quando subentendidas nas estratégias de contenção epidémica. Estas passam, desde logo, pelas tentativas de eliminação dos focos de maus odores, aos quais se imputava a corrupção

⁵¹ Armindo de Sousa, “A estratégia política dos Municípios no reinado de D. João II,” *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 6 (1989): 137-174, <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5771>.

⁵² Kristy Wilson Bowers, *Plague and public health in early modern Seville* (Rochester: University of Rochester Press, 2013), 98-99.

⁵³ Termo utilizado em Roque, *As Pestes Medievais*, 186.

dos ares e, por conseguinte, o surgimento da peste⁵⁴. Chegam-nos, por isso, medidas que preveem a remoção dos monturos e esterqueiras, a regulamentação das zonas para o lançamento de lixos e sujidades, a limpeza das ruas, praças e canos e, inclusive, prescrições acerca da disposição de cadáveres de animais e de escravizados, muitas vezes lançados na via pública. O levantamento e o cruzamento destes dados permitem-nos ter uma visão ampla das intervenções sanitárias levadas a cabo durante este período, e interligá-las com o contexto vivido.

O segundo objetivo a ter em conta situa-se no prisma das “reações” da população – neste caso, tanto aos surtos em si, como às disposições implementadas pelas autoridades. De modo a aproximarmo-nos deste propósito, procuramos analisar episódios de transgressão às medidas sanitárias, a par das penas atribuídas aos infratores. Através da sistematização destes dados, será possível detetar, por exemplo, a existência de padrões e comportamentos comuns no incumprimento destas disposições, ou oscilações no teor e na gravidade das penas estipuladas entre 1481 e 1521.

Ocupamo-nos, de igual forma, das respostas religiosas à peste, através do escrutínio das “práticas salvíficas”⁵⁵ empregues para mitigar a enfermidade (como procissões, orações, promessas e práticas penitenciais, ou o culto a santos protetores), mas também dos cuidados com a salvação das almas, particularmente daqueles que faleciam deste mal.

Ainda dentro do domínio das *reações*, tencionamos explorar os conflitos com as minorias étnico-religiosas à luz dos picos epidémicos registados. De facto, e como foi referido por Maria José Ferro Tavares, “[a peste] surge-nos nas principais cidades do reino ligadas a acontecimentos que envolvem, ou a minoria judaica, ou os conversos”⁵⁶, os quais eram recorrentemente associados à eclosão e à propagação da peste.

Em terceiro lugar, atendemos a um elemento transversal a esta análise: a comunicação política em torno da saúde e o papel dos poderes central e local neste contexto. Esta questão foi já levantada por Amândio Barros para o caso do Porto, o qual alertou para a necessidade de se perceber qual a extensão da autonomia municipal e, por sua vez, da intervenção régia, em matéria sanitária⁵⁷. No que toca a Lisboa – que, como vimos, desfrutava de uma relação mais próxima com a Coroa – podemos examinar esta questão de várias formas. Desde logo, é-nos possível elaborar, a partir da documentação disponível, uma análise espaço-temporal das cartas régias endereçadas à câmara, bem como dos intervenientes associados a estes contactos. O estudo das esferas de intervenção da Coroa e do município a este respeito – desde a nomeação

⁵⁴ Silva, “A Peste Negra em Portugal,” 446.

⁵⁵ Coelho, “«Fugir depressa, para longe e por muito tempo»,” 44.

⁵⁶ Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, 1: 425.

⁵⁷ Barros, *A morte que vinha do mar*, 29-30.

daqueles que desempenhavam ofícios ligados à saúde pública até à criação e financiamento das instalações para acolhimento de doentes de peste – ajudam-nos a auscultar o peso destes poderes na tomada de decisões. Adicionalmente, pretendemos apresentar os oficiais municipais com responsabilidades em assuntos de peste e higiene, a fim de compreender a sua atuação.

Para além da observação destas vertentes, propomos o estabelecimento pontual de comparações com as medidas endossadas noutros núcleos urbanos, não só ao nível do reino, como no contexto europeu, em relação a vilas e cidades com escalas e funções semelhantes a Lisboa. Esta abordagem permite-nos explorar a adaptação, ao espaço em estudo, de normas sanitárias já aplicadas noutros lugares, bem como os aspetos comuns e as singularidades do enfrentamento epidémico no caso lisboeta. Finalmente, projetamos uma avaliação, se possível, das tendências, alterações ou evoluções na legislação implementada ao longo desta cronologia.

Proposta de estrutura

A estrutura provisória do trabalho insere, sumariamente, dois dos objetivos enunciados no ponto anterior: uma abordagem das medidas sanitárias, dividida em “prevenir” e “remediar”, e as dimensões das reações à peste. A comunicação entre os poderes está subjacente a todas as vertentes tratadas, pelo que não constitui um tópico isolado, mas sim uma questão à qual procuramos responder no decurso do texto.

Introdução

Enquadramento historiográfico

1. As fontes documentais: possibilidades e desafios

2. Contextualização

2.1. A peste nas conceções atuais: enquadramento clínico e epidemiológico

2.2. A peste nas conceções medievais

2.3. Lisboa e a peste

2.3.1. Lisboa, a *maioral* das cidades do reino

2.3.2. Vias de circulação da peste

3. “Prevenir e remediar”: meios, espaços e agentes

3.1. Prevenir

3.2. Remediar

4. Transgredir, punir e expiar: reações aos surtos epidémicos

4.1. A transgressão das medidas sanitárias

4.2. As respostas religiosas

4.3. A conflituosidade com minorias étnico-religiosas

5. Considerações finais

Fontes, metodologias e desafios

O processo heurístico encetado – entre meados do século XIV e o início do século XVI – culminou na compilação de mais de seis centenas de referências documentais, entre inéditas e publicadas, para o tratamento da peste e de temáticas a ela subordinadas, as quais se traduziram num *corpus* diversificado.

Notámos, nesta etapa, a existência de fundos documentais particularmente ricos e em larga medida inexplorados sobre o assunto, passíveis de facultar novas informações e perspectivas. Assim, procedemos, por um lado, ao levantamento documental no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com o intuito de recolher as determinações da Coroa face às pestes verificadas. Para além das *Chancelarias Régias* e da coleção *Aclamações e Cortes*, a consulta do *Corpo Cronológico* e da *Colecção de Cartas* possibilitou o recenseamento de alvarás régios e de outras cartas que facultaram dados úteis para a nossa investigação.

Por outro lado, empreendemos um levantamento da documentação constante no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, em especial das secções *Provisamento da Saúde* e *Chancelaria Régia*, que compõem o grosso do nosso *corpus* documental, mas também da *Administração*, da *Chancelaria da Cidade* e da *Casa de Santo António*. A documentação municipal dá-nos a conhecer grande parte das medidas sanitárias implementadas, facultando-nos importantes pistas acerca da comunicação entre os monarcas e o concelho e da gestão municipal em torno da saúde. No decorrer desta pesquisa, beneficiámos da publicação de coletâneas documentais⁵⁸ e de textos

⁵⁸ Englobando documentação do Arquivo Municipal, sublinhamos Oliveira, *Elementos para a História*, t. I, 1ª pt.; *Documentos do Arquivo Histórico de Lisboa – Livros de Reis*, 8 vols. (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1957-1964) (que deverão ser consultados de forma criteriosa); *Livro das Posturas Antigas*, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974); Inês Morais Viegas e Marta Gomes, coord., *Livro dos Pregos. Estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices*, estudo introdutório de Edite Martins Alberto (Lisboa: Câmara Municipal, 2016); Helena Neves e Marta Gomes, coords., *Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da câmara (Livro Carmesim)*, estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices de Edite Martins Alberto (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2020). Recorremos, ainda, às publicações das *Chancelarias portuguesas* e das *Cortes Portuguesas* levadas a cabo pelo Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa entre os reinados de D. Afonso IV e de D. Manuel I, bem como às compilações legislativas publicadas pela Fundação Calouste Gulbenkian (*Ordenações Afonsinas; Ordenações del-rei Dom Duarte; Ordenações Manuelinas*).

literários⁵⁹, bem como de algumas contribuições arqueológicas⁶⁰, que permitiram enriquecer nossa pesquisa. Não consultámos, todavia, os fundos eclesiásticos, tarefa que dificilmente se coadunaria com o tempo disponível para a realização da Dissertação. No entanto, seria pertinente fazê-lo no futuro, sendo provável que estes proporcionem dados significativos para este tema.

Os documentos recolhidos foram compilados em tabelas, descritos e analisados preliminarmente. Atribuímos-lhes uma categorização elementar, conforme os assuntos neles visados: “peste”; “higiene”; “profissionais de cura”; “respostas religiosas”; e “oficiais municipais e régios”.

Partimos, numa segunda fase, para a sistematização destes dados em diferentes esquemas, a incorporar nos anexos do trabalho final. Prevemos, entre outros elementos, a realização de uma cronologia dos surtos de peste ocorridos em Lisboa durante este período, estruturada por entradas (cada uma correspondente a um surto identificado, com a respetiva contextualização e análise). Organizaremos, também, as informações em quadros e em mapas (ilustrativos das intervenções de higiene empreendidas, dos locais de enterramento e das casas para as vítimas de peste, das guardas e dos locais de quarentena). A elaboração destas figuras permitir-nos-á visualizar os dados compilados com maior clareza, as suas tendências e os cuidados a ter ao longo da redação, etapa final deste processo.

⁵⁹ Nomeadamente de crónicas: Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, int. Humberto Baquero Moreno, pref. António Sérgio, vol. 1 (Porto: Livraria Civilização-Editora, 1990); *Idem, Crónica de D. João I*, ed. M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, vol. 2 (Porto: Livraria Civilização-Editora, 1991); Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915); Rui de Pina, *Crónicas de Rui de Pina: D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, int. e rev. Manuel Lopes de Almeida (Porto: Lello & Irmão – Editores, 1977); Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, ed. Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991); Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, anot. e pref. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926). Consultámos outra literatura adicional: Dom Duarte, *Leal Conselheiro o Qual Fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*, ed. Joseph M. Piel (Lisboa: Livraria Bertrand, 1942); Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*, fixação do texto e estudo de Aida Fernanda Dias (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990-1993); *Regimento proveitoso contra a pestilença*, ed. e estudo José Barbosa Machado (Braga: Vercial, 2010).

⁶⁰ Os dados arqueológicos permitem identificar locais de enterro de “empestados”: Maria Margarida Ataíde Nunes, “A morte em Lisboa na Idade Média. Contributo arqueológico (séculos XII a XV)” (Tese de Doutoramento em História, Especialização em Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa). Veja-se, também, a descoberta de uma vala comum associada à antiga Ermida de São Roque, possivelmente destinada ao enterramento de vítimas de peste na primeira metade do século XVI: Maria Moreira Baptista de Magalhães Ramalho, “Memórias e vestígios arqueológicos de quatro casas religiosas de Lisboa: Convento de São Francisco, Casa Professa de São Roque, Casa do Espírito Santo da Pedreira e Convento do Santíssimo Sacramento,” *Revista de História da Arte* 5 (2016): 119-137, <http://hdl.handle.net/10362/118273>.

Sem embargo, as fases da heurística e da hermenêutica não se revelaram isentas de desafios. Desde logo, confrontámo-nos com a escassez de referências diretas à peste entre os anos que medeiam entre a eclosão da Peste Negra em Portugal e o reinado de D. João II. Embora Lisboa seja a cidade mais bem documentada ao nível do reino, perderam-se fontes significativas, como os livros de acórdãos da vereação, que só nos chegaram a partir dos finais de Quatrocentos e não fornecem dados relevantes para esta investigação. Por sua vez, as atas da vereação disponíveis para outras vilas e cidades, como o Porto⁶¹ ou Vila do Conde⁶², evidenciam respostas camarárias à peste para esta cronologia e, inclusive, para décadas anteriores. Além disso, não sobreviveram, para este período, arrolamentos de óbitos, como os *libri dei morti* das cidades norte-italianas⁶³, ou registos paroquiais⁶⁴ que permitissem uma aproximação aos impactos demográficos dos surtos ou à distribuição da mortalidade, pelo que nos abtemos de desenvolver estes aspetos.

Adicionalmente, o *corpus* documental compulsado apresenta assimetrias ao nível das tipologias documentais e dos respetivos produtores. Até 1500, predomina, sobretudo, a documentação emitida pelo rei, na forma de missivas enviadas à câmara. Depois dessa data, passamos a dispor de mais documentação emitida pelo concelho, que nos fornece outras informações relevantes.

Apesar das dificuldades listadas, a construção deste “puzzle” é necessária para alcançar uma compreensão mais ampla sobre esta matéria. Se não dispomos de algumas fontes que poderiam ser-nos úteis, a verdade é que a documentação em mãos também põe a descoberto vários aspetos sobre a peste que apenas emergem superficialmente ou que não são sequer visados para outros núcleos urbanos. Reportamo-nos às estratégias de defesa portuária que, para esta altura, nos parecem ser mais complexas e precoces em Lisboa no que toca ao recurso a sinalética e à realização de

⁶¹ Ferraz e Monteiro, “Notas sobre a peste,” 155-166; Barros, *A morte que vinha do mar*; Marco Alexandre Ribeiro, “As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488. Leitura Paleográfica, Publicação e Estudo Prévio” (Dissertação de mestrado, FLUP, 2019); Carla Susana Barbas dos Ramos, “A Administração Municipal e as Vereações do Porto de 1500 a 1504” (Dissertação de mestrado, FLUP, 1997); Cristina Isabel de Oliveira Gomes Ferreira, “A vereação da cidade do Porto: 1512/1514” (Dissertação de mestrado, FLUP, 1997).

⁶² Marques, “A administração municipal,” 43-48.

⁶³ Ann G. Carmichael, “The Forensic Tradition in Milan’s Civic Mortality Registers,” *Journal of Early Modern Studies* (2022): 1-23; *Idem*, *Plague and the poor*, 27-28.

⁶⁴ Pere Benito Monclús *et al.*, “Assessing epidemic outbreaks in late medieval Catalonia (1348-1530): from communities to family units”, *The History of the Family* 30, nº 3 (2025): 378, <https://doi.org/10.1080/1081602X.2025.2532437>.

visitas sanitárias, do que, por exemplo, no caso do Porto⁶⁵ ou do Funchal⁶⁶. Descobrem-se, para Lisboa, até ao momento, vestígios de estruturas que possam ter albergado doentes de peste, como a Torre de Pero do Sem, no Porto⁶⁷; porém, apurámos informações mais detalhadas acerca da organização e administração destes espaços, bem como do seu pessoal. Finalmente, importa reforçar a singularidade da comunicação política entre os poderes central e local, e até do envolvimento da Coroa nesta esfera, que não é tão notório noutras vilas e cidades, tanto dentro como fora do reino, ocorrendo, geralmente, numa fase mais tardia⁶⁸. Tudo isto confere a Lisboa particularidades que carecem ainda de ser exploradas.

Hipóteses e conclusões provisórias

Na senda da investigação em curso, têm-se vindo quer a reforçar noções pré-existentes, quer a formular novas hipóteses por explorar.

Alguns autores observaram, de forma global, a progressiva complexificação das respostas epidémicas ao longo da Baixa Idade Média e da época moderna⁶⁹. Dentro da cronologia em estudo, e conquanto estejamos condicionados pela maior disponibilidade documental para o seu final, esta tendência parece constatar-se⁷⁰. Vemo-la na ampliação do sistema de defesa sanitária na embocadura do Tejo e no perímetro terrestre da cidade, ou na ambição de D. Manuel em criar um edifício permanente para receber os doentes de peste⁷¹, em oposição às infraestruturas provisórias que até então se adaptavam ou construíam para este fim.

⁶⁵ No Porto, por exemplo, o sistema de comunicação por bandeiras só se desenvolve num século XVI já bem avançado; o mesmo quanto às visitas sanitárias, que na altura que nos ocupa ainda não se faziam de modo categórico em Lisboa, mas temos indícios mais precoces da sua existência (Barros, *A morte que vinha do mar*, 83-129; *Idem*, *Porto: a construção de um espaço marítimo*, 123-161).

⁶⁶ Para este período, também não subsistiram vestígios desta prática nas atas da Câmara do Funchal (José Pereira da Costa, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal*, 3 vols. (Funchal: CEHA; SRTC, 1995-2002); Gonçalves, “Enfrentar a peste,” 341-363.

⁶⁷ Pina, “A medicina portuense,” 72; Tavares, “A política municipal,” 24-25; Barros, *A morte que vinha do mar*, 109; *Idem*, *Porto: a construção de um espaço marítimo*, 142-143.

⁶⁸ Sobre este assunto, veja-se, entre outros, Bowers, *Plague and public health*, 90-99. Em Inglaterra, esta intervenção surgiu, pela primeira vez, em 1518, de acordo com Paul Slack, *The impact of plague in Tudor and Stuart England* (Londres: Routledge & Kegan, 1985), 199-226.

⁶⁹ Entre outros, cf. Jon Arrizabalaga, “Discurso y práctica médicos frente a la peste en la Europa Bajomedieval y Moderna”, *Revista de Historia Moderna*, n.º 17 (1998-1999): 17, <http://hdl.handle.net/10045/4763>.

⁷⁰ Naturalmente, esta predisposição extravasa a cronologia aqui contemplada.

⁷¹ Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico (AML-AH), Provimto da Saúde, Livro 1º do provimento da saúde, fls. 65-66v; Oliveira, *Elementos para a história*, t. I, 1ª pt.: 452-512; Pinho, “A casa dos doentes,” 196-198.

Sublinhámos já a ingerência do poder régio no funcionamento e prerrogativas municipais, fator extensível ao domínio da saúde urbana. Esta atuação fez-se notar, entre outros aspetos, no estabelecimento, administração e provimento das infraestruturas para o tratamento e acolhimento de doentes de peste, bem como na determinação dos locais para o cumprimento de quarentenas, e na imposição de apaniguados régios na gestão local, incluindo nestas esferas.

Outro elemento notório tem sido a agudização e a urgência da comunicação entre os monarcas e o concelho em circunstâncias de peste, explícitas tanto no discurso régio, como na rapidez com que as cartas eram entregues à câmara. A deflagração de surtos forçou a corte a abandonar Lisboa em vários momentos; ainda assim, em algumas ocasiões os reis dirigiam-se à cidade a partir de locais na sua proximidade, que desfrutavam de rápidos acessos à urbe, facilitando a comunicação nestes momentos⁷².

Os dados apresentados são ainda preliminares, e subsistem várias questões por esclarecer. Acreditamos, no entanto, que o cruzamento e o estudo sistemático das fontes elencadas será pertinente para compreender pormenorizadamente os impactos e as estratégias de combate à peste na “cabeça do reino”. Mais do que uma simples abordagem das medidas sanitárias, estas especiais circunstâncias permitem-nos observar, em profundidade, uma comunicação política em torno da saúde. Esta caracteriza-se, em última instância, pela diversidade de respostas, reações, meios e agentes que se entrecruzam numa Lisboa em contínuo crescimento nos finais da Idade Média.

⁷² Assinalado por António Borges Coelho, “D. João II (1455-1495): esboços para um retrato”, *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa* 1 (1996): 40. Sobre este assunto, consulte-se também: Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de el-rei D. João II (1481-1495)* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993); Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia, *Itinerários do rei D. Manuel I* (Lisboa: Edições Colibri; Academia Portuguesa da História, 2022).